

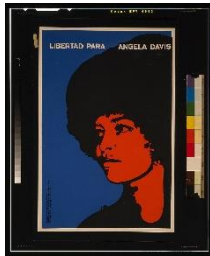
COM
ANGELA DAVIS
PARA PENSAR O BRASIL



**Com Angela Davis
para pensar o Brasil**

PIBID-UFABC

2020-2022



**Imagem Original “Libertad para Angela Davis”
Domínio Público**

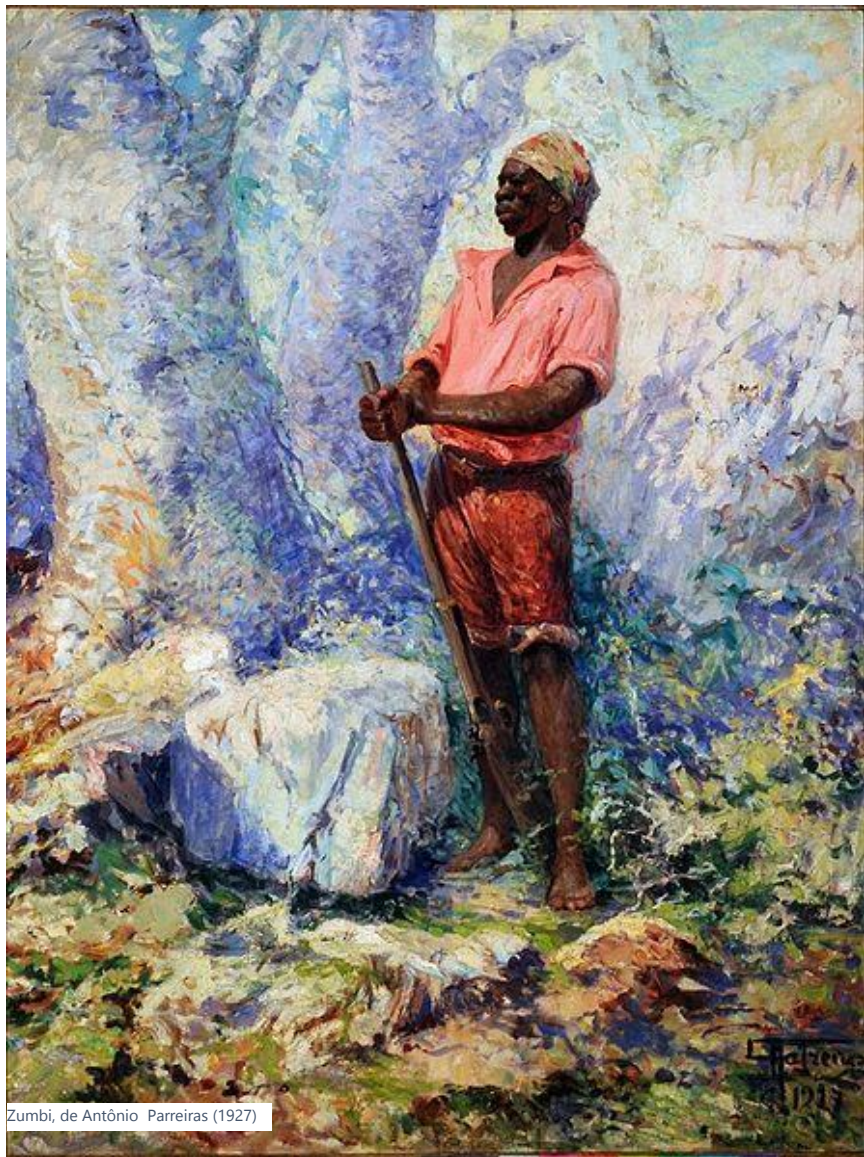
Cedido por *New York Committee to Free Angela Davis*

Disponível em:

<https://loc.getarchive.net/media/libertad-para-angela-davis-2>

SUMÁRIO

Apresentação.....	1
Seção I	
1. As relações de desumanização das pessoas escravizadas.....	7
2. Os mitos contra o povo negro.....	13
3. Legitimação, legalização e naturalização da violência.....	17
4. O papel do trabalho doméstico na reprodução social.....	23
Seção II	
5. O que é emancipação.....	31
6. Recorrer à história como método.....	34
7. Relações de hierarquia.....	38
8. Relações de raça, classe e gênero.....	41
9. Condições de sobreposição de opressões.....	44
10. Masculinidade frágil.....	47
Seção III	
11. Educação libertadora: entre Angela Davis e Paulo Freire.....	52
12. A abolição significou, de fato, maior acesso à educação?.....	58
13. Ações afirmativas no Brasil.....	61
Bibliografia.....	65



Zumbi, de Antônio Parreiras (1927)

APRESENTAÇÃO

O material que a leitora e o leitor têm em mãos é fruto de um trabalho de estudo, pesquisa e escrita coletiva de estudantes de graduação bolsistas Programa Institucional de Bolsas de Incentivo à Docência (PIBID), na Universidade Federal do ABC. Seu conteúdo tem como proposta uma dupla função: 1) como material de apoio que facilite professores e professoras abordarem temas da realidade brasileira em suas aulas; 2) como conteúdo que pode ser utilizado em aula na leitura junto com alunos e alunas de ensino médio.

Como toda forma social moderna, a realidade brasileira é complexa: possui uma divisão social do trabalho complicada e herdeira de mais de trezentos anos de escravização e colonialismo. Nas dinâmicas de nossa sociedade, as relações de dominação e opressão se apresentam e manifestam diariamente. Entretanto, nem sempre as percebemos ou somos capazes de relacioná-las. As causas desses problemas ficam escondidas ou parecem invisíveis em um primeiro momento. Como tentar compreender o que está acontecendo por aqui e buscar um caminho de transformações necessárias?

A partir desse problema, encontramos com a filósofa Angela Davis recursos e movimentos que possibilitam tirar o véu que esconde as raízes de nossas mazelas e que permitem trabalharmos criticamente as opressões que se sobrepõem nas relações de gênero, raça e classe. Intelectual negra nascida em 1944 nos Estados Unidos da América, desenvolveu sua produção teórica a partir da militância nos movimentos negro, feminista e comunista estadunidenses. Engajada, percebeu que mesmo dentro desses movimentos contestatórios eram reproduzidas

estruturas de dominação e opressão. Assim, apenas a luta por uma das frentes (gênero, raça ou classe) não transformaria os problemas estruturais que formam a todos e todas nós, na reprodução da sociedade da qual fazemos parte e que nos constitui.

Diante de uma sociedade complexa com violências e opressões sobrepostas, um modo de pensar que ofereça recursos para articularmos essas questões é fundamental. Desse modo, o material que aqui oferecemos não é *sobre* Angela Davis, mas *a partir* e *com* alguns elementos de sua produção teórica que nos ajudam a pensar a realidade brasileira.

Para isso, estruturamos nosso texto em três seções. A primeira, expõe conteúdos que oferecem uma exposição geral das relações de opressão estruturais e suas raízes históricas nos processos de colonização e formação da modernidade. A segunda, por sua vez, realiza uma transição para uma maneira de pensar criticamente que Angela Davis nos oferece, especialmente com respeito ao uso da história para entender a gênese de nossas relações sociais e, ao mesmo tempo, recuperar conteúdos que dão consistência a projetos emancipatórios.

Na terceira e última seção, utilizando os conteúdos desenvolvidos anteriormente, temos um diálogo entre Angela Davis e Paulo Freire para fazermos uma reflexão sobre a educação libertadora e a reação que se levanta contra ela. No caso, não se trata de pensar quais os recursos didáticos e pedagógicos fundamentais para uma educação transformadora, mas discutir o papel da educação na reprodução social, mantendo ou transformando a ordem social existente.

De todo modo, apesar de articulados e conectados uns com os outros em um processo de acúmulo contínuo de conteúdos e discussões, os capítulos podem ser utilizados pelo leitor e pela leitora de modo independente. O primeiro capítulo, “As relações de desumanização das pessoas escravizadas”, trabalha as raízes do racismo e as relações de escravidão moderna, articulando sua relação com a sociedade vigente. O segundo, por sua vez, intitulado “Mitos contra o povo negro”, retoma a construção dos estigmas como conteúdo ideológico legitimador da violência contra pessoas negras que se transforma e permanece, mesmo após a abolição.

No terceiro capítulo, “Legitimação, legalização e naturalização da violência” aprofunda o problema do racismo como mediador das relações sociais, de modo a tornar aceitável e mesmo invisível a violência. Já no quarto capítulo, “O papel do trabalho doméstico na reprodução social”, há uma transição ainda na discussão sobre as relações estruturalmente violentas para o problema do trabalho e da reprodução social, de modo a articular dentro do racismo estrutural a vigência e sobreposição de opressões na divisão social do trabalho capitalista.

O quinto capítulo, “O que é emancipação” abre o tema da necessidade de emancipação das relações de opressão que estruturam nossa sociedade. Com o sexto, acompanhamos o modo como Angela Davis utiliza a história para revelar a sobreposição de opressões que se manifesta nas contradições de movimentos emancipatórios que reproduzem (mesmo que não intencionalmente) relações de opressão estruturais. Nesse capítulo, “Recorrer à história como método”, ainda é indicado como esse uso da história também serve para recuperar movimentos que não reproduzem essas relações e, portanto, oferecem conteúdos que dão

consistência para projetos emancipatórios, escapando de valores vazios ou abstratos.

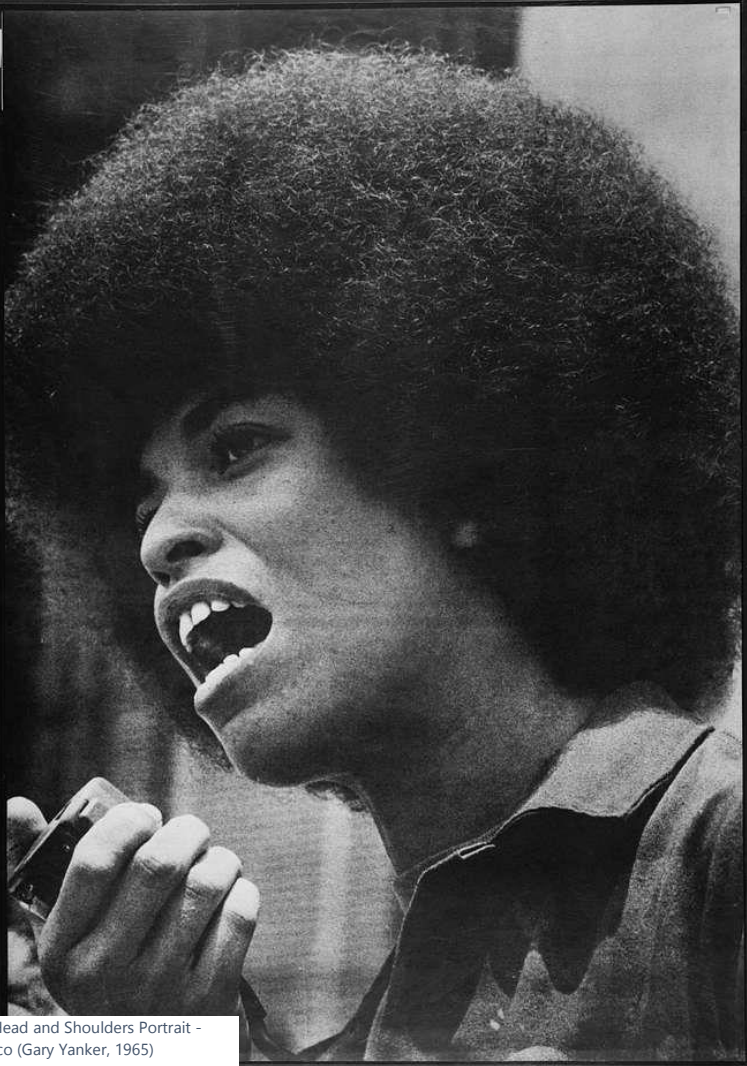
No capítulo sete, “Relações de hierarquia”, oferece uma chave para a análise crítica das relações sociais, suas contradições e sobreposições de opressão. A partir dele, se desdobram os capítulos seguintes especificando dinâmicas de opressão dentro das estruturas sociais. Assim, temos com o capítulo oito uma discussão sobre “Relações de raça, classe e gênero”, com o nono “Condições de sobreposição de opressões”, e o décimo “Masculinidade Frágil”.

Fechando a última seção e transitando para especificamente o problema da educação libertadora e a reação contra ela temos o capítulo onze, “Educação libertadora: entre Paulo Freire e Angela Davis”. O diálogo entre Freire e Davis nos conduz à problematização dos limites da educação sob as dinâmicas de opressões estruturais no décimo segundo capítulo, “A abolição significou, de fato, maior acesso à educação?”. Finalizando o material, o último capítulo discute as ações afirmativas no âmbito educacional no contexto do racismo estrutural, “Ações afirmativas no Brasil”.

Esperamos que o material ofereça recursos importantes para a análise crítica da realidade brasileira e, claro, instigue a imaginação política que busca transformações das relações de opressão em processos emancipatórios.

Boa leitura!

Seção I



Angela Davis Head and Shoulders Portrait -
Dominio Público (Gary Yanker, 1965)

Capítulo 1

AS RELAÇÕES DE DESUMANIZAÇÃO DAS PESSOAS ESCRAVIZADAS

Quando falamos sobre escravidão, a primeira imagem que vem na nossa cabeça é de pessoas negras sendo submetidas a trabalho forçado. Porém, as relações de escravidão começaram muito antes da primeira pessoa africana ser sequestrada de sua terra natal e vendida como uma mercadoria. Há relatos de escravos já com povos da Antiguidade, como diferentes civilizações da Mesopotâmia que já abarcavam em sua sociedade um tipo de escravização oriunda da guerra, quando os soldados inimigos derrotados em batalhas eram postos para trabalhar nas terras dos vencedores. Existia já um certo tipo de economia de trocas de prisioneiros de guerra para a realização de trabalhos braçais. Mas nada a tinha a ver com etnia ou com a racialização desses soldados.

O comércio de escravos era ainda mais comum na Grécia Antiga. Nos frequentes enfrentamentos entre as Cidades-Estado e povos vizinhos, as recorrentes batalhas por território condicionavam uma organização de trabalho e exploração de trabalho em torno desse tipo de escravidão mediada pelas relações de batalha. Mas isso não tem relação direta com imaginar que uma etnia ou um povo deva ser escravizado por ser tal etnia ou tal povo. Não se legitimava a escravização pela identificação da pele ou da cultura. Então, fica a questão: o que leva uma pessoa a ver necessariamente outro ser humano como um ser submisso por natureza? A identificar um grupo humano inteiro como não-humano, que pode ser violentado por ser de tal ou qual jeito? Imaginar que são pessoas sem vontade própria muitas vezes tratadas pior do que um animal? A desumanização é uma das principais marcas da escravidão moderna que, inclusive, funda nosso país.

Prisioneiros de guerra, por exemplo, eram vistos como soldados de uma nação inimiga responsáveis pela morte de pessoas do seu povo e, por isso, deveriam pagar pelos seus crimes com a servidão. Também se utilizava da pena de trabalhos forçados para certos tipos de crimes e delitos dentro de determinadas relações sociais. Mas, perceba: até esse momento, a escravidão nada tinha a ver com etnia ou nacionalidade, ela era efeito de uma relação social específica dentro de um modo de organizar a sociedade e justificada sob os efeitos de punição ou pagamento por uma ação anterior (fosse a violência no interior de batalhas, fosse certos crimes contra a ordem social estabelecida).

A escravidão como conhecemos hoje teve início no século XV, especialmente a partir 1444 quando Portugal passou a submeter e comercializar escravizados negros do Sudão, levando-os para a realização de trabalhos forçados em diferentes territórios, sob controle de violência e sem efeitos ou regramentos das relações de escravidão que comentamos antes. Começa o chamado “tráfico negreiro” e a objetificação das pessoas escravizadas comercializadas e tornadas mercadoria. E como poderiam legitimar essas novas relações que se estabeleciam?

No Brasil, a chegada de pessoas negras escravizadas se deu em 1530, quando a corte portuguesa decidiu efetivamente colonizar o país. Em um período em que toda a sociedade era mediada pela Igreja e relações religiosas, a legitimação da escravização girava em torno da negação da humanidade daquelas pessoas: não possuíam alma e cultuavam os demônios. Textos religiosos eram utilizados para essa justificativa e a reprodução dos trabalhos forçados e da comercialização de pessoas seguia seu curso.

Com a escravização de indígenas na América colonizada pelos espanhóis, por exemplo, o problema foi parecido e houve um grande debate, a “Querrela de Valladolid”, em que se enfrentaram os padres Bartolomeu de Las Casas, em defesa dos indígenas provando que estes tinham alma, e Guínés de Sepúlveda, tentando legitimar a escravização como meio de salvação dos povos indígenas em combinação da tradição de “guerra justa” (de Aristóteles) e “missão salvífica” (da Igreja). O “vencedor” dessa discussão foi Las Casas, provando por argumentos religiosos que as pessoas do Novo Mundo tinham alma e eram pessoas, humanos, conseguindo algumas leis de proteção aos indígenas – que logo foram corrompidas. Por outro lado, a filosofia do “derrotado” Guínés de Sepúlveda se torna fundamental para o nascimento do Direito Internacional Moderno e dá bases que legitimam novas ondas de legitimação de invasões, expansões territoriais e violências.

Contudo, enquanto isso, diante da escravização e comercialização lucrativa de pessoas negras, esse tipo de discussão não ocorreu, e a justificativa de ausência de alma e negação de humanidade logo foi aceita, propiciando a associação de pessoas de cor negra a desalmadas, não humanas e até mesmo “servos de Satã”. O sofrimento desses corpos estava legitimado. Com o passar do tempo, com processos de racionalização e secularização até a chegada do “Século das Luzes”, a própria existência de alguma substância como “alma” passa a ser contestada. Entretanto, ao invés da crítica à alma não se transforma em uma igualdade entre as pessoas por serem pessoas. A negação da humanidade das pessoas negras deixa de ser a existência ou não de alma e passa a ser um tipo de comparação entre os corpos das pessoas, partindo do princípio de que se são grupos humanos escravizados ou violentados, isso se explica por seus “traços biológicos”. Assim, nega-se a humanidade das pessoas negras por serem pessoas

negras explicitamente, culminando dois séculos depois, inclusive, na criação de uma pseudociência chamada “frenologia”.

A partir da metade do século XVIII, essa nova ideologia de legitimação da violência contra as pessoas negras passa a se converter em na identificação da negritude com inferioridade, maldade, perversidade e selvageria. A autora Lilia Schwarcz, por exemplo, nos explica em seu livro *O Espetáculo das Raças*, a introdução de uma nova concepção de “degeneração” que surge na América com o jurista Cornelius de Paul. Até então chamavam-se de *degeneradas* espécies consideradas inferiores, porque menos complexas em sua conformação orgânica. Com de Paul, porém, explicitamente o termo deixa de se referir às mudanças de forma de espécies no campo da biologia e passa a descrever “um desvio patológico do tipo original”¹. Para ele, a “degeneração americana” era causada pela grande quantidade de negros e nativos no território, e isso comprovaria as limitações do continente, com nações débeis e irreversivelmente corrompidas.

Já no século XIX, começam efetivamente a frenologia com “explicações” fisiológicas para a inferioridade das pessoas negras. Com isso, diversos experimentos nos corpos negros começaram a ser feitos e buscavam apontar comparações sobre tamanho do cérebro e potencial de inteligência, densidade dos ossos, estrutura muscular e outras características físicas como pré-disposições aos trabalhos manuais, brutos e, claro, forçados. Dessa forma, identificava-se ideologicamente as pessoas negras com uma determinada função na divisão social do trabalho e até com direitos e deveres dentro da sociedade moderna, capitalista e burguesa já constituída.

¹ Lilia Schwarcz, *O espetáculo das raças*, 1993, p. 37.

O extremo dessa ideologia foram projetos de “branqueamento” da população de países marcados pela escravização e em processos de modernização de sociedades sob dinâmicas agora de um novo tipo de capitalismo: o capitalismo industrial. Um influente nome do período foi o francês Paul Broca, que acreditava na ideia de raça pura e via como solução para o fim da degeneração das nações a esterilização de todas as “raças inferiores”. Para ele, pessoas negras eram seres inferiores que só trariam mais pessoas “assim” ao mundo. Ele tinha uma visão ainda pior dos mestiços, que via como uma prova da degeneração humana.

No Brasil, o início do século XX (ou seja, há mais ou menos cem anos) é marcado por séries de projetos e programas regionais e nacionais de branqueamento da população. A “substituição” da mão de obra escrava negra do campo por novas dinâmicas industriais e urbanas, em regime de emprego de mão de obra livre (na qual o indivíduo possui apenas sua força de trabalho e lida diretamente com empregador mediado por contratos de compra e venda dessa força de trabalho em troca de salário), são criados programas de incentivo à migração de europeus e estadunidenses brancos.

Esse processo de liberação das pessoas negras de sua função na divisão social do trabalho, até então determinada pela exploração escravista, foi marcado pela marginalização. Essas pessoas não foram apenas liberadas da força violenta que mantinha o trabalho forçado, mas também de qualquer condição de possibilidade para viver. Sem terra, sem comida, sem casa, sem preparação para as novas dinâmicas produtivas e rejeitada pela sociedade branca já inserida na nova ordem social – portanto, sem nada além de seu próprio corpo que ainda por cima não é aceito por empregadores para o trabalho “livre”. Estão postas as condições para que novas gerações consigam emprego e dinheiro. Como viver? Como

sobreviver? Como morar? Como comer? Como estudar? Como acessar os direitos e os serviços necessários para ser participante da sociedade de modo ativo?

Capítulo 2

OS MITOS CONTRA O POVO NEGRO

A ideologia que evoluiu e se renovou nas constantes legitimações da violência contra as pessoas negras escravizadas criou mitos que acompanham as gerações de seus filhos e filhas até hoje. A seguir, vamos conversar sobre alguns deles:

O primeiro é o pensamento de que mulheres negras são “fáceis” e promíscuas e dessa forma seduzem homens casados: “agressões têm sido ideologicamente sancionadas por políticos, intelectuais e jornalistas, bem como por literatos que com frequência retratam as mulheres negras como promíscuas e imorais”². Esse mito começou praticamente ao mesmo tempo que a escravidão foi instaurada na modernidade, pois os homens brancos tratavam suas escravas como objetos sexuais. Sob as ideologias que legitimavam a violência contra as pessoas negras que tratamos anteriormente, os homens brancos instauravam relações de submissão e abusos diversas vezes ao longo das curtas vidas das mulheres negras. Angela Davis expressou essa situação assim:

A escravidão se sustentava tanto na rotina do abuso sexual quanto no tronco e no açoite. Impulsos sexuais excessivos, existentes ou não entre os homens brancos como indivíduos, não tinham nenhuma relação com essa verdadeira institucionalização do estupro. A coerção sexual, em vez disso, era uma dimensão essencial das relações sociais entre o senhor e a escrava. Em outras palavras, o direito alegado pelos proprietários e seus agentes sobre o corpo das escravas era uma

² Angela Davis, *Mulher, raça e classe*, Boitempo: 2016, p. 192.

expressão direta de seu suposto direito de propriedade sobre pessoas negras como um todo. A licença para estuprar emanava da cruel dominação econômica e era por ela facilitada, como marca grotesca da escravidão³

Para justificar os abusos e violências, dizia-se inclusive que as mulheres negras faziam magia para encantar seus senhores e, assim, conseguir algum tipo de regalia, benefício ou privilégio. Após o fim legal da escravidão, homens brancos diziam estar enfeitiçados quando acusados de violentar uma mulher negra e regularmente saíam impunes dos seus crimes, reforçando ideologicamente o imaginário de que mulheres negras são promíscuas, culpabilizando a vítima da violência. Hoje, no Brasil, mais precisamente no ano de 2017, um estudo realizado pela Rede de Observatórios da Segurança que analisou dados do Sistema Único de Saúde (SUS) entre os anos de 2009 e 2017 apontou que mulheres negras são as vítimas em 73% dos casos de violência sexual.

Não só isso, de acordo com um levantamento do G1 em parceria com o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), dos crimes de feminicídio cometidos no primeiro semestre de 2020, 3 a cada 4 vítimas eram negras⁴. A objetificação de mulheres negras as desumaniza, faz com que seus corpos sejam vistos como uma propriedade pública e faz seus “não” sejam ignorados. E o mito contra elas se perpetua. Até quando permitiremos que corpos negros sejam tratados dessa maneira?

Outro mito que gira em torno da comunidade negra é a visão do homem negro como alguém potencialmente violento e perigoso. Tal mito tomou força

³ Angela Davis, *Mulher, raça e classe*, Boitempo: 2016, p. 191.

⁴ <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/02/12/brasil-tem-aumento-de-5percent-nos-assassinatos-em-2020-ano-marcado-pela-pandemia-do-novo-coronavirus-alta-e-puxada-pela-regiao-nordeste.ghtml>

após a abolição da escravatura, pois ao transformar homens negros em pessoas violentas e criminosos em potencial a polícia ganhou carta branca para matá-los sem que se gere comoção ou mobilizações pela transformação dessas relações sociais após seus sofrimentos. Isso também perdura, por vezes com a acusação "boa pessoa não é" ou "para acontecer isso, deve ter feito alguma coisa".

Temos como exemplo a morte de Marcos Vinícius, 14 anos, morto durante uma operação policial no Complexo da Maré. Antes de morrer, o jovem que estava com o uniforme da escola e com a mochila nas costas disse a mãe que os tiros haviam partido do "Caveirão", nome dado ao veículo blindado da polícia militar. "Ele não viu que estava com roupa de escola, mãe?" – foi a pergunta que o adolescente ferido fez pouco antes de morrer. Após a perda do filho, Bruna ainda teve que lidar com outra dor: as *fake news* que se espalharam pelas redes sociais afirmando que o jovem era parte do crime organizado e havia sido morto em uma troca de tiros.

Outro caso similar foram o dos cinco jovens negros alvejados por 111 tiros da polícia enquanto saíam para comemorar o primeiro emprego de um deles. Muitas foram as reportagens que afirmavam que todos eles eram envolvidos com o crime organizado e o tráfico de droga, mas nada disso era verdade. Eles eram apenas pessoas comuns, com sonhos e uma vida inteira pela frente. Vida essa que lhes foi tirada porque a cor de suas peles foi mais importante que o caráter que tinham.

Quando criamos mitos contra um grupo humano, nós enraizamos na sociedade um pré-conceito capaz de dificultar ainda mais a vida de um povo que sofreu por tanto tempo. Cabe a nossa geração e as próximas desmistificar a vida e

a cultura do povo negro, para que assim eles tenham a sua humanidade devolvida e possa, enfim, ser livres de corpo, alma e mente.

O QUE É RACISMO?

De acordo com o dicionário *Oxford Languages*, o racismo é um "conjunto de teorias e crenças que estabelecem uma hierarquia entre as raças, entre as etnias" ou ainda uma "doutrina ou sistema político fundado sobre o direito de uma raça (considerada pura e superior) de dominar outras".

Capítulo 3

LEGITIMAÇÃO, LEGALIZAÇÃO E NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Antes de realizarmos a relação desses três termos com o tema central desse material que é sobre o racismo, é necessário entendermos seus significados:

- a) Legitimação: um ato, um processo ou uma ideologia, de modo que se torne aceitável para uma determinada comunidade.
- b) Legalização: conduta ou ato que passa a ser permitido de acordo com uma lei.
- c) Naturalização: tornar algo natural. Referente ao último termo ele pode ser explicado em outras questões como de identidade, mas vamos nos ater a vertente sobre “tornar natural”.

No tópico “As relações de desumanização das pessoas escravizadas”, foi feito um resgate histórico sobre os tipos de escravidão, suas características e consequenciais e, nessa passagem retomaremos uma parte desse contexto histórico. Como vimos, a escravidão no Brasil data de meados do século XVI. Mas nos Estados Unidos, ela começa um pouco depois, a partir do século XVII. Ambos se constituem sob o modelo em que pessoas são *racializadas*, em especial os negros africanos quando tirados de seu país de origem, comercializados e levados a outras colônias com o objetivo de servirem de mão de obra explorada sob trabalhos forçados.

Ao longo desses séculos em que o sistema escravocrata foi predominante, as pessoas negras escravizadas perderam suas identidades, direitos, cultura, liberdade e processos de silenciamento. Foram nesse tempo tratadas como

objetos, descartáveis, inferiores, rebeldes, sujas, consideradas perigosas e mais uma série de características atribuídas a elas pela sociedade branca e patriarcal dominante. Com a expansão do capitalismo industrial e processos de modernização, compuseram as grandes massas marginalizadas nas cidades.

Talvez você possa se questionar, mas, afinal, a Lei Áurea não determinou o fim da escravidão no Brasil? Legalmente, sim. Mas efetivamente na reprodução social, suas estruturas se mantêm! A Lei foi assinada em 13 de maio de 1888. Apesar de apenas ter sido possível graças às lutas antiescravagistas e movimentos de resistência da população negra, sua formulação e promulgação também guardava lugar em interesses econômicos de parcelas da elite brasileira e sob diferentes pressões internacionais. Ou seja: ela é expressão clara dos conflitos entre classes sociais, com seus ganhos e perdas nos diferentes resultados para diferentes grupos em seus interesses.

Nesse sentido, no projeto de abolição por parte das elites, o tratamento digno aos ex-escravizados e o reconhecimento de sua humanidade foram dispensados. Diante desse cenário, surgem algumas reflexões: o que aconteceu com essas pessoas após a abolição da escravatura? As pessoas negras “liberadas” foram abandonados à própria sorte e sem nenhuma realização de reformas que os integrassem socialmente. Depois de saírem do ambiente exploratório de seus “senhores” ocuparam os morros, periferias as cidades e buscaram moradia em regiões precárias para sobreviverem.

Devido às novas regras de uma sociedade baseada no trabalho assalariado, muitos não conseguiam arrumar um emprego, pois eram rejeitados simplesmente por conta da cor de pele, não sendo incluídos ao novo regime de trabalho e às mudanças da organização produtiva. No livro “A integração do negro

na sociedade de classes”, escrito pelo sociólogo Florestan Fernandes, ele faz uma análise e explica o ponto central do problema que a falta de integração causou:

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. (...) Essas facetas da situação (...) imprimiram à Abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel⁵

Nesse sentido, o que restou para eles foram as condições de trabalho mais precárias, insalubres e/ou mal remuneradas. É uma história de tragédias, descaso, hostilidades, injustiças e dor que o nosso país carrega até os dias de hoje. Outra ação em favor do controle dos corpos negros foi a instauração da cultura do branqueamento da população que defendia a imigração de povos europeus para o Brasil com o intuito de formar uma “raça brasileira”, ou seja, que fosse hegemonicamente branca. Segundo muitos defensores da imigração daquela época, este processo de branqueamento seria um fator decisivo para a superação de nosso “atraso” econômico e cultural, através da futura constituição de uma “raça” brasileira com supremacia branca carregada de uma ideia de “progresso” apenas com o único objetivo de criar uma nova “identidade nacional”. Essas teorias

⁵ Florestan Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classes: ensaio de interpretação sociológica volume 1*, 2008, p. 29.

racialistas surgiram na legitimação de uma concepção de mundo que defendia liberdade, igualdade e fraternidade entre brancos e que justificava a superexploração, ações violentas e controle absoluto contra as outras etnias.

A imagem abaixo repercutiu nas redes sociais, gerando polêmicas e levantando um questionamento sobre a imensa distinção social entre negros e brancos. Na parte superior da imagem está o time de uma empresa de investimentos, referência na área em que atuam e composta predominantemente por homens brancos. Na segunda foto, está o time dos garis majoritariamente negros de uma empresa pública carioca. Essas duas fotografias refletem os efeitos de uma sociedade nascida da escravidão moderna. Podemos observar essas diferenças sociais todos os dias. A herança do longo período de uma sociedade que se reproduzia na exploração das pessoas negras escravizadas está presente estrutura nosso mundo, mesmo sob uma nova dinâmica produtiva.



É notório que os brancos são maioria nas profissões e empregos de elite, ao passo que negros ocupam as funções subalternas e pouco valorizadas, com uma

imensa dificuldade de estabilidade no mundo do trabalho. De acordo com um levantamento feito pela Folha de São Paulo no ano de 2019, as mulheres negras, por exemplo, sofrem mais com o desemprego e ganham menos que pessoas brancas. Com base nos dados da pesquisa realizada por esse jornal, enquanto a taxa de desemprego entre homens brancos é de aproximadamente 8,3%, entre as mulheres negras representa 16,6% - o dobro⁶.

Nos Estados Unidos em meados do século XIX e XX, ocorre o regime de segregação racial. Trata-se de uma política de Estado que separa indivíduos ou grupos de indivíduos de uma mesma sociedade por meio de critérios raciais (ou étnicos). Como efeito dessa política, negros e brancos não podiam frequentar os mesmos ambientes como por exemplo barbearias, restaurantes, teatros, trens, estações ferroviárias, entre outros. Para muitos grupos brancos, principalmente nas regiões ao Sul do país, era inaceitável que os negros recém-libertos tivessem os mesmos direitos e ocupassem os mesmos espaços – problemas articulados e decorrentes dos processos de escravização. Um fenômeno que, infelizmente, persiste e se manifesta como no caso do assassinato do jovem negro George Floyd, em 25 de maio de 2020, que potencializou o movimento contra o racismo conhecido como *Black Lives Matter* (Vidas Pretas Importam).

Tanto nos EUA como no Brasil, os negros continuam ocupando as fileiras dos vitimados pela violência e extrema pobreza. No Brasil, como agravante, apesar de comporem a maior parte da população, seguem sub representados nas instituições políticas. Por que uma situação como essa não é vista com estranhamento? Por que é naturalizada? Quais são as causas da dificuldade de articulação política e de realizar projetos de reparação? São questões orientadoras

⁶ <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/negras-ganham-menos-e-sofrem-mais-com-o-desemprego-do-que-as-brancas.shtml>

de nossa discussão. Por que naturalizamos as condições que estamos vivendo se elas são fruto de uma história que conhecemos e, a partir disso, podemos buscar mudanças em um novo projeto histórico?

Assim, cabe percebermos que tanto a realidade de desigualdade e marginalização, quanto a violência contra os negros encontram mecanismos de legitimação e naturalização que precisam ser revelados. Eles estão enraizados nas estruturas sociais e da nossa reprodução social. Organizamos e reproduzimos nossa sociedade com esses mesmos mecanismos.

Capítulo 4

O PAPEL DO TRABALHO DOMÉSTICO NA REPRODUÇÃO SOCIAL

A *reprodução social* diz respeito às dinâmicas de produção e organização do trabalho coletivo e interdependente que garante condições para que uma sociedade não se dissolva. Ela tem a ver com a garantia de meios de trabalho, recursos a serem consumidos e utilizados no trabalho e, principalmente pessoas que trabalhem, consumam e garantam que haja um amanhã para as organizações das quais fazem parte. O trabalho é sempre social e sua divisão interdependente e extremamente complexa.

Para que chegue o arroz chegue na panela de casa, por exemplo, foi preciso que houvesse um campo trabalhado por pessoas que plantaram, utilizaram máquinas e materiais necessários para que a colheita fosse realizada. Foi necessário que outras pessoas colhessem, outras que ensacassem por meio de maquinário específico, pessoas que trabalharam no transporte desses sacos de arroz e que planejaram os melhores trajetos para que esse arroz fosse distribuído em mercados e feiras, pessoas que etiquetassem, organizassem o estoque e outras que colocassem nas prateleiras. Uma rede de processos produtivos que conecta pessoas que não se conhecem, mas que dependem umas das outras. Um trabalho social.

Quem foi comprar esse arroz utilizou do salário pago em troca de seu próprio trabalho (que pode ser qualquer trabalho e que está conectado com uma outra rede imensa de relações com outras pessoas trabalhando em diferentes funções) e passou pelo caixa, onde havia outra pessoa trabalhando na verificação

dos valores dos produtos. Essa pessoa foi para casa de ônibus, passando por outros trabalhadores e trabalhadoras que também pegariam o transporte público, guiado por um motorista que trabalha conduzindo o veículo e por vezes uma pessoa destacada para acompanhar o fluxo na catraca. Chegando em sua casa, acendeu o fogão produzido por uma série de outras relações de produção, utilizou do gás que precisa de outra rede de trabalhos conectados, a água da torneira que envolve todos os trabalhos das pessoas responsáveis pelo saneamento e distribuição desse bem e preparou com instrumentos adequados o arroz para que a família se alimentasse.

No meio dessa complexidade de divisão social do trabalho, o fazer o arroz para que todos comam em casa faz parte de um tipo de função específica: o trabalho doméstico, que tem como função garantir condições para a *reprodução de pessoas*. O trabalho doméstico, como cozinhar, limpar e higienizar o ambiente da casa, cuidar de pessoas que estejam doentes ou dependentes de cuidados especiais, bebês e crianças, assim como adolescentes em formação, por exemplo, são atividades de *reprodução*: garante as condições para que pessoas consigam permanecer neste mundo. Esse papel é fundamental para a tal *reprodução social*. Sem pessoas, não há sociedade possível e nem qualquer processo produtivo. Porém, as formas encontradas para organizar o trabalho doméstico no interior da reprodução social nem sempre são igualitárias, reconhecidas, e por vezes, sobrecarregam imensamente alguns grupos e setores com mais trabalho dispendido e mais tempo para a produção e reprodução social.

No tipo de sociedade que vivemos, fundada na exploração do trabalho sob relações de propriedade privada e sob o patriarcado, as responsabilidades do trabalho doméstico recaem sobre as mulheres, que passam a ter dupla ou tripla

jornada: trabalham e dispendiam seu tempo de vida e energia fora e dentro de casa. Nessas relações, apenas o trabalho externo é remunerado, enquanto o trabalho doméstico não tem qualquer compensação financeira, já que o núcleo familiar é regido pelas relações de propriedade privada: a casa é “dos donos” (ou do dono, no caso) e sua manutenção é única e exclusiva responsabilidade de seus proprietários. O cuidado e a formação das crianças e adolescentes também são regidos por esses tipos de relação – e, do mesmo modo, o próprio matrimônio. Propriedade privada e patriarcado.

Essas relações de dupla jornada se valem de estruturas sociais que condicionam uma aparente “naturalidade” de que a mulher deva ser encarregada de cuidar de todas as tarefas domésticas para assegurar o bem-estar de seu domicílio e de sua família. Pouco se discute sobre o consentimento daquela mulher ou sobre tal convenção social que a coloca sem remuneração como responsável por permitir que os outros integrantes de sua família tenham alimentos, roupas lavadas, camas arrumadas e um ambiente confortável para descansarem e seguirem suas rotinas diárias. Em uma sociedade capitalista, em que a venda da força de trabalho para os detentores dos meios de produção é o que garante o salário como meio de sustentar a própria vida, o trabalho doméstico se torna um tipo de *trabalho não pago*.

O trabalho doméstico, fundamental para a reprodução social, passa moralmente a ser tratado como uma obrigação e reduzida a um único gênero cujos representantes devem aceitar essa posição: a mulher. Mesmo que garanta as bases para que exista relações de produção e venda no mercado, não há *valorização* desse tipo de atividade produtiva. O trabalho doméstico é desconsiderado ou visto como algo inferior.

Mas, afinal, a remuneração do trabalho doméstico solucionaria esse problema? Isso libertaria as mulheres de sua identificação com a responsabilidade pela casa? Deixaria de aparecer como natural? Segundo Angela Davis em sua reflexão sobre *A Obsolescência Das Tarefas Domésticas Se Aproxima: Uma Perspectiva Da Classe Trabalhadora*, não seria tão simples. Isso porque sem outras mudanças estruturais, a remuneração apenas legitimaria essa condição da mulher como responsável pela vida doméstica.

Afinal, qual a garantia de que essas mulheres estariam satisfeitas em cumprir com essas obrigações em troca de um salário? Como um salário mudaria a relação de subordinação da mulher ao papel de “dona de casa” estruturalmente? Qual a superação das relações que fundamentam a exploração do trabalho da mulher em dupla ou tripla jornada? Como afirmado por Davis, “a libertação psicológica dificilmente pode ser atingida com a simples remuneração da dona de casa”⁷.

Além disso, há um segundo problema que nasce nas dinâmicas patriarcais e da exploração do trabalho: as mulheres que são remuneradas para trabalhos domésticos, mas na casa de outras pessoas, como serviço ofertado. Disponibilizam seu tempo e energia para passar em várias casas e realizar essas tarefas. Elas também não estão libertas dessas relações por adquirirem uma quantia em troca de suas atividades. No Brasil, vemos ainda a determinação sobre a força de trabalho que além da classe e do gênero, tem a cor. Segundo dados do Ipea de 2018, entre as 6 milhões de pessoas que executam tarefas domésticas fora

⁷ Angela Davis, *Mulheres, raça e classe*, 2016, p. 243.

de suas casas, 92% são mulheres e 63% são negras⁸. Menos de um terço tem carteira assinada e tal número vem aumentando.

Essa dinâmica não é exclusividade do Brasil, como também nos Estados Unidos. De lá, Angela Davis remonta essas dinâmicas ao tempo de escravidão. Após a abolição, a condição de doméstica escravizada passou a ser de doméstica empregada. As relações sociais, especialmente brasileiras, também mantêm a realidade dessa população quase inalterada. Os trabalhos antes realizados na Casa Grande por mulheres negras se convertem no meio para que essas mulheres consigam alguma remuneração.

A estrutura aparece na arquitetura de casas que contam, por exemplo, com o quartinho de empregada. Um espaço pequeno aberto no interior para que a responsável pelo trabalho doméstico de sua própria casa se abrigue e passe mais tempo em outra. E mesmo com a recente conquista de direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil, como a Lei Complementar 150, de 2015, última lei que regulamenta o trabalho doméstico, uma relação mais justa ainda não foi alcançada. As carteiras seguem sem assinatura e a exploração do trabalho não remunerado, não pago, sobrecarregando as mulheres em suas jornadas, não encontraram um cenário melhor.

Assim notamos que a simples remuneração do trabalho, como colocado por Angela Davis, não é a solução. Em sociedades de classe nas quais as mulheres são associadas ao trabalho de cuidado, como uma habilidade natural e responsabilidade particular, a opressão sobre a mulher passa pela divisão social do trabalho e como ela está coordenada. Sem tocar nessas relações, a remuneração e

⁸ https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35255

a regulamentação do trabalho doméstico são insuficientes, apesar de necessária em nossas condições.

Os mecanismos de controle e manutenção dessas relações são e precisam ser fortíssimos. Afinal, o papel do trabalho doméstico é fundamental para a reprodução social, como vimos. Sem ele, não há possibilidades de manter as relações produtivas – de qualquer tipo. Perceber isso é um passo importantíssimo: o valor não pago pelo trabalho desses grupos de mulheres marginalizados é exatamente um dos pilares de toda a organização social que reproduzimos diariamente em nossas tarefas. A crítica a essas dinâmicas diante do papel das mulheres e, em especial, das mulheres negras em toda a reprodução social, revela sua potência de mobilização – assim como a necessidade de mobilização. Nesse sentido, como disse certa vez Angela Davis: “quando uma mulher negra se move, toda a estrutura da sociedade se move com ela”⁹.

⁹ https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html

Seção II



Sojourner Truth - Portrait of abolitionists (1864)

Capítulo 5

O QUE É EMANCIPAÇÃO

Nos Estados Unidos da América, os movimentos negros vivenciaram grandes mobilizações e repercussões entre 1950-1960, contra a política de segregação. Um dos momentos mais emblemáticos foi com Rosa Parks, uma senhora negra que se negou a levantar de seu assento no ônibus para que uma pessoa branca exercesse o então direito de preferência. Outra das expressões do movimento surgiu em torno do pastor Martin Luther King, com os movimentos negros pacifistas que realizavam manifestações e protestos nas ruas e estabelecimentos. Junto desses, também os movimentos que acompanhavam a militância e liderança de Malcom X, além do Partido dos Panteras Negras – que se organizavam com o intuito de combater injustiças e defender a vida da população negra.

Nesse contexto, Angela Davis em sua trajetória passou tanto por organizações negras pacifistas e, mais tarde, filiou-se aos Panteras Negras. Em sua militância e análise crítica, percebeu como no interior desses movimentos a luta das mulheres era invisibilizada à medida que reproduziam problemas estruturais do patriarcado. Sempre engajada, também militou pelo Partido Comunista e, nas dinâmicas e enfrentamentos que ocorreram em suas passagens por diferentes organizações, articulava de modo cada vez mais acurado a relação entre raça, gênero e classe.

De modo inovador e potente, sua trajetória passa a ser marcada por uma luta pela emancipação que não os diferentes aspectos das estruturas de opressão

e manutenção da ordem social da qual fazia parte e contra a qual também se colocava. A luta pela emancipação não se reduzia a uma das relações de opressão, mas do modo como se realizam em conjunto e na reprodução social como um todo.

Emancipação sempre está articulada com projetos de autonomia, independência e mesmo processos de libertação de grupos oprimidos. Esse conteúdo, entretanto, precisa de maior precisão para compreendermos de que estamos falando. Tratar de emancipação do racismo implica, por exemplo, a luta contra os estigmas postos contra toda uma raça. Diz respeito à libertação de um povo escravizado, mas, além disso, com Angela Davis vemos uma emancipação das relações que se mantêm mesmo após a abolição, que se escondem atrás das novas formas jurídicas que reconhecem cidadania e formas de exploração do trabalho – agora assalariado.

Algo semelhante vale para a emancipação das relações patriarcais, que sob um tipo de relação de trabalho ou na inclusão da mulher no mercado, esconde a manutenção de situações de opressão – como vimos no capítulo anterior. Com Angela Davis há um modo de operar a crítica diante das relações sociais que revela situações de opressão que passam despercebidas em um primeiro momento, mas das quais precisamos nos emancipar. Como comenta Pâmela Guimarães da Silva:

[...] para que exista emancipação social é preciso que exista desconstrução dos valores hegemônicos e eurocêntricos da sociedade contemporânea, a partir do desenvolvimento de conceitos contra-

hegemônicos, não apenas a indicação de possibilidade de superação¹⁰

Com Angela Davis, ao revelar a partir e na perspectiva de mulheres negras na história das lutas emancipatórias, opera com a desconstrução dessa hegemonia. Ao mesmo tempo, além dos elementos que garantem a possibilidade de superação, Davis também apresenta novos lugares a partir dos quais possibilidades potentes de transformação podem emergir. Realiza um movimento semelhante ao de Lélia Gonzales, intelectual e militante negra brasileira que muito influencia a estadunidense, quando ao impor:

[...] a própria presença como uma sujeita que deve ser contada, ela promove uma modificação na cena do lugar social de seus pares, que passou a ser construída a partir das observações, das experiências e dos sentimentos dela¹¹

Com esse movimento de exposição crítica das condições e relações estruturais com raízes nas relações de escravização que permanecem sob a segregação e racismo, de marginalização e exploração do trabalho das pessoas negras, recaindo ainda na reprodução do patriarcado vigente mesmo em movimentos contestatórios (negro ou de classe), Davis também oferece a partir de sua posição como parte do grupo de mulheres, negras e da classe trabalhadora possibilidades de emancipação: de autonomia, autodeterminação e mobilização consciente e articulada dos três aspectos da opressão.

¹⁰ Pâmela Guimarães da Silva, *Emancipação política por meio de práticas comunicativas alternativas: Lélia Gonzalez no Jornal "Mulherio"*, 2020, p. 220.

¹¹ Pâmela Guimarães da Silva, *Emancipação política por meio de práticas comunicativas alternativas: Lélia Gonzalez no Jornal "Mulherio"*, 2020, p. 219.

Capítulo 6

RECORRER À HISTÓRIA COMO MÉTODO

Há com Angela Davis uma busca pela organização conjunta de grupos oprimidos. Para isso, também é necessário apresentar o distanciamento que acaba ocorrendo entre esses grupos. Os conflitos entre classe, raça e gênero precisam ser entendidos para que a construção da luta emancipatória seja capaz de constituir as convergências e evitar os mecanismos em um primeiro momento “invisíveis” que conduzem a enfrentamentos.

Um dos recursos mais utilizados por Davis para garantir que a emancipação não fosse vista como uma luta pelo impossível ou uma ideia ou valor sem conteúdo, foi a recuperação da história. A autora sempre buscava no passado eventos que apresentavam as contradições e as raízes das condições atuais, assim como exemplos de lutas emancipatórias que ocorriam de modo conjunto ou eram protagonizadas por pessoas que de posições em um primeiro momento dominantes se juntavam com os grupos dominados.

Um dos exemplos de situações contraditórias e conflitivas que Angela Davis traz diz respeito a uma resolução para o direito de voto de mulheres que colocava critérios para justificar a participação de cidadãs nas decisões políticas que excluía mulheres e homens negros, assim como homens operários brancos e trabalhadoras brancas empobrecidas. Ou seja: dentro de um processo emancipatório pelo sufrágio feminino, eram reproduzidas relações estruturais de opressão:

Ao aprovar a resolução de 1893, as sufragistas bem que poderiam ter anunciado que se o poder

de voto fosse concedido a elas, mulheres brancas da classe média e da burguesia, rapidamente subjugariam os três principais elementos da classe trabalhadora nos Estados Unidos: a população negra, os imigrantes e a mão de obra branca nacional sem instrução. Eram esses três grupos de pessoas que tinham o trabalho explorado e a vida sacrificada pelos Morgans, Rockefellers, Mellons, Vanderbilts – a nova classe de capitalistas monopolistas que estavam instaurando impérios industriais de modo implacável e controlavam a mão de obra imigrante no Norte, bem como a população liberta e a mão de obra branca pobre que operavam as novas ferrovias, mineradoras e siderúrgicas no Sul.¹²

Por outro lado, também há o resgate dos conteúdos que potencializam e exemplificam relações articuladas de emancipação. Davis traz, por exemplo, o caso da professora Prudence Crandall:

[...] uma jovem branca se tornou um exemplo dramático da coragem e da militância antirracista feminina. Prudence Crandall foi uma professora que desafiou a população branca de Canterbury, Connecticut, ao aceitar uma menina negra em sua escola. Sua postura íntegra e inflexível durante toda a polêmica simbolizou a possibilidade de firmar uma poderosa aliança entre a já estabelecida luta pela libertação negra e a embrionária batalha pelos direitos das mulheres.¹³

Outro evento resgato por Angela diz respeito à trajetória de Frederick Douglass. Para ela, “o mais importante abolicionista negro dos Estados Unidos, foi

¹² Angela Davis, *Mulheres, raça e classe*, 2016, p. 132.

¹³ Angela Davis, *Mulheres, raça e classe*, 2016, p. 54.

também o homem de maior destaque na causa da emancipação feminina em sua época”, dado que apoiou:

[...] integralmente o controverso movimento das mulheres, com frequência era ridicularizado em público. A maioria dos homens de então, ao ter a virilidade contestada, teria automaticamente se levantado em defesa de sua masculinidade. Mas Douglass assumiu uma postura antissexista admirável, declarando não se sentir diminuído pelo rótulo de “o homem dos direitos das mulheres. [...] Fico feliz em dizer que nunca tive vergonha de ser chamado dessa maneira”. Sua atitude em relação aos detratores pode ter sido inspirada no conhecimento de que um dos métodos de afastar as mulheres brancas da luta antiescravagista era chamá-las de “amantes de pretos”. E ele sabia que as mulheres eram indispensáveis ao movimento abolicionista – tanto em termos numéricos quanto por “sua competência na defesa da causa das pessoas escravas¹⁴

Recuperar esses conteúdos é fundamental, pois não se trata de um processo fragmentado ou mesmo utópico (no sentido de ilusório ou impossível). A história como recurso permite Angela Davis a apresentar conteúdos que didaticamente demonstram as articulações para processos de emancipação e suas potencialidades – ao mesmo tempo que, por contraste, revelam os problemas das relações das quais é preciso se emancipar. Por isso, podemos encontrar nas discussões de Angela Davis conteúdo como esse:

Ao longo da década de 1830, as mulheres brancas – tanto as donas de casa como as trabalhadoras –

¹⁴ Angela Davis, *Mulheres, raça e classe*, 2016, p. 50.

foram ativamente atraídas para o movimento abolicionista. Enquanto as operárias contribuíam com parte de seus míseros salários e organizavam bazares para arrecadar mais fundos, as de classe média se tornavam ativistas e organizadoras da campanha antiescravagista. Em 1833, quando a Sociedade Antiescravagista Feminina da Filadélfia foi criada, na esteira da convenção de fundação da Sociedade Antiescravagista Estadunidense, o número de mulheres brancas simpatizantes à causa da população negra era suficiente para estabelecer o vínculo entre os dois grupos oprimidos¹⁵

Projetos de emancipação precisam se apropriar de recursos desse tipo para que seja possível movimentos e processos de conscientização. A articulação entre os grupos oprimidos não é apenas uma ideia, mas uma necessidade histórica e que precisa compreender as raízes históricas de suas condições, assim como de caminhos para a luta articulada.

¹⁵ Angela Davis, *Mulheres, raça e classe*, 2016, p. 523.

Capítulo 7

RELAÇÕES DE HIERARQUIA

Quando falamos de estruturas sociais, nos referimos a todo um sistema de organização social no qual os indivíduos possuem diferentes relações e posições entre si. Dentro do sistema capitalista – sistema vigente e hegemônico em todo o planeta, hoje –, as hierarquizações são cada vez mais complexas e fragmentadas, fator que separa cada vez mais um sujeito do outro e cria novos limites de ação. Isso significa dizer que grupos sociais cada vez mais privados de uma série de direitos tem maior dificuldade de mobilização.

Além disso, é importante ressaltar que essas estruturas são formas organizacionais que moldam os comportamentos dos indivíduos em prol da manutenção de uma ordem social. Assim, as relações sociais, hierarquizações e estruturas de poder possuem normas, regras e padrões a serem seguidos. Podemos ver isso mais claramente quando pensamos nas camadas que compõe as estruturas: como o status que possuem determinadas posições, o valor dado de acordo com as diferentes funções dentro da sociedade e nas instituições sociais, assim como o modo como essas funções são distribuídas entre os grupos e os indivíduos.

Por meio das instituições participamos de processos de socialização e, por consequência, adotamos comportamentos que acompanham de modo geral a manutenção do sistema. Com isso, podemos fazer um recorte mais específico dentro desse tema e pensarmos nas relações de hierarquia que existem dentro do nosso sistema organizacional: gênero e etnia.

Quando olhamos para a sociedade em geral, conseguimos enxergar diversos grupos de pessoas e seus diferentes acessos à direitos básicos: educação, segurança, saúde, moradia, direitos trabalhistas e etc. Conseguimos visualizar, como comentamos em capítulos anteriores, quais grupos de pessoas pertencem a quais funções ou papéis na sociedade. Conseguimos criar imagens de gênero e raça para muitas dos papéis executados na hierarquia social. São preconceitos, que tem como bases tanto os valores racistas e patriarcais que herdamos, como na própria realidade da divisão social do trabalho que dá conteúdo para essas imagens.

As raízes dessas problemáticas, entretanto, estão historicamente e diretamente relacionadas com o passado colonial e escravagista, como temos discutido. Utilizando o recurso de recuperação da história, como vimos no capítulo anterior, Angela Davis explora esse passado como um dos fatores mais importantes para entender as heranças que nos foram deixadas, de forma que o ideal de emancipação ainda pareça distante ou equivocado. Assim:

Mesmo os abolicionistas brancos mais radicais, que baseavam sua oposição à escravidão em questões morais e humanitárias, não conseguiam compreender que o rápido avanço do capitalismo no Norte também era um sistema opressivo. Viam a escravidão como uma instituição intolerável e desumana, uma transgressão arcaica da justiça. Mas não reconheciam que a mão de obra branca do Norte, não obstante sua condição de operárias ou operários "livres", não estava em situação muito diferente da mão de obra escrava do Sul: ambas eram vítimas da exploração econômica¹⁶

¹⁶ Angela Davis, *Mulheres, raça e classe*, 2016, p. 81.

Angela Davis com esse recurso de modo perspicaz mostra que o capitalismo é responsável pela manutenção da exploração e da marginalização que afetam a classe trabalhadora: de brancos e negros. Mas sob valores sem esse conteúdo histórico, essa opressão pode aparecer mascarada ou velada. Muitas vezes, ignoramos essas relações de opressão porque não as enxergamos. Estas relações são reproduzidas diariamente e nos formam, e por isso se não recuperamos os processos históricos que nos trouxeram até aqui, não as vemos. São estruturais e, por isso mesmo, aparentemente “invisíveis”.

O que dizemos ser estrutural são violências que se dão como ideologias dominantes, ou seja, são ideias criadas pela classe dominante, e são passadas como valores para toda a sociedade, o que cria subjetividades nos indivíduos, de modo que as hierarquias sejam perpetuadas. Essas dinâmicas institucionais são fundamentais, é por elas que somos ensinados a reproduzir essas ideologias, de modo que pareça natural haver desigualdades sociais. Portanto, quando falamos de uma relação desigual entre homens e mulheres, brancos e negros, estamos dialogando também com formas de opressão que se sobrepõe, criando uma complexa marginalização. Essa ideia é também desenvolvida por Angela Davis, que trabalha com o conceito de interseccionalidade.

A interseccionalidade diz respeito às opressões que se somam e criam mais barreiras para determinados grupos sociais. É a partir dela que podemos estabelecer relações entre gênero, raça e classe, com as divisões sociais de trabalho, privação de direitos e hierarquizações.

Capítulo 8

RELAÇÕES DE RAÇA, CLASSE E GÊNERO

Para compreender, de fato, como essas relações de hierarquia se manifestam na sociedade, é essencial analisarmos algumas concepções e divisões presentes dentro do sistema capitalista. Em uma perspectiva ideológica de manutenção da ordem, podemos dizer que a diversidade entre os indivíduos, inata ou adquirida, seria um fundamento da desigualdade social. Em consequência, o capitalismo seria o horizonte histórico possível e o limite do desejável. Assim, de acordo com as bases do capitalismo, em tese, qualquer um poderia disputar por ascensão social e enriquecimento. Tudo mediado pelo Mercado.

A competição entre os indivíduos gera rivalidade, e a disputa pela riqueza seria incontornável – cada um buscando seus interesses, quase um impulso egoísta ou uma ambição insaciável definiriam a nossa condição. Esse discurso é uma das grandes bases desse sistema, em que o acesso a determinados grupos sociais e, portanto, à uma série de direitos básicos, é uma mera questão meritocrática. Isto é: desigualdades são naturais e recursos são escassos, logo é natural que se dispute por eles.

Quando paramos para analisar historicamente a formação dos Estados capitalistas, entretanto, percebemos que mesmo após a abolição da escravidão, um grupo social em específico continuou constantemente sendo oprimido e marginalizado. As relações que antes eram legitimadas por ideias dominantes que classificavam entre livres e escravos baseados na raça, agora se perpetuam sob uma igualização dos polos de ex-escravizados e escravizadores como *livres*. Mas é uma ideia formal, ou seja, sem conteúdo. Sob a nova dinâmica de disputa pelos

recursos no mercado, uns tem mais condições no ponto de partida que outros herdadas das relações anteriores, o que realmente garante uma divisão heterogênea e desigual de recursos, direitos e até mesmo de trabalho.

Dessa forma, o que presenciamos é uma de mão-de-obra que é obrigada a se vender para trabalhar para quem possui meios para produzir e riqueza acumulada. Se há mais pessoas para serem empregadas do que vagas disponíveis para trabalho, os salários ficam cada vez mais baixos, e o acesso das pessoas que nada possuem a bens necessários mais difícil ainda. Aqui estamos falando da população negra pós-escavidão. Portanto, quando falamos de classe, como classe trabalhadora e a mais explorada dessa classe, estamos falando sobre raça também. Ademais, outro ponto interessante é pensarmos na mercantilização do ser humano, a perpetuação dos estereótipos colonialistas e a relação disso com o racismo estrutural.

Essas relações que estamos construindo aqui também são expressas no acesso a atividades básicas e essenciais, como educação e a saúde. Como sabemos, é muito comum no capitalismo termos privatizações de alguns bens e direitos que se tornam serviços. O custo para acessar esses bens transformados em mercadoria são altos, o que dificulta o acesso de quem recebe baixos salários. Em um país como o Brasil, fundado sobre relações de escavidão, essas novas dinâmicas reproduzem e mantêm os efeitos da escavidão que, assim, permanecem.

Como trabalhamos nos capítulos anteriores, ainda existe um outro campo: a sobrecarga da mulher dentro do sistema capitalista. Essa sobrecarga está presente na vida das mulheres desde a origem do capitalismo e se intensifica durante a Revolução Industrial. Isso porque agora elas têm jornada ampliada: uma

no ambiente de trabalho e a outra em casa, com sua família, já que o trabalho doméstico é, dentro do patriarcado, uma função feminina. Isso intensifica as desigualdades sociais para esse grupo em específico, uma vez que, além da sobrecarga, as mulheres ainda precisam enfrentar salários mais baixos, pouca estabilidade no mercado de trabalho e estereotipização de suas capacidades. Portanto, para entendermos de uma maneira mais ampla as relações de poder e as limitações impostas pela sociedade capitalista, é preciso conversar com pouco sobre a sobreposição de opressões.

Capítulo 9

CONDIÇÕES DE SOBREPOSIÇÃO DE OPRESSÕES

Nos últimos tópicos, nos atentamos a discutir questões mais práticas sobre as relações de hierarquia social que presenciamos na nossa sociedade. Mas essas relações se somam para algumas pessoas, dificultando cada vez mais sua própria sobrevivência. Aí a importância do conceito de interseccionalidade: compreensão, estudo e atuação dedicada a entender as relações entre questões identitárias, raciais e de gênero, com as relações de opressão e dominação. É um termo que surge, especificadamente, com o Feminismo Negro, o qual tem Angela Davis como uma das suas principais teóricas.

Não é à toa essa criação tão específica, já que o surgimento de um movimento feminista negro acontece a partir da exclusão da mulher negra nos movimentos pelos direitos das mulheres na participação política. Como vivemos numa sociedade patriarcal, existe uma relação de poder e dominação entre homens e mulheres, de modo que a mulher está sempre em uma posição de “inferioridade” em relação aos homens. Em um primeiro momento, isso parecia transcender questões raciais, já que na origem do movimento sufragista, liderado por mulheres brancas, havia em conjunto, uma luta para a abolição da escravidão, pois existia um certo reconhecimento de opressões e, por isso, a necessidade de unir forças para combater uma estrutura tão forte. Entretanto, o que ocorre como efeito de um feminismo branco adequado às relações vigentes, é que se desconsidera que as opressões são diferentes, ou seja, uma mulher branca estará em posição de privilégio em relação à mulher negra; as realidades e dificuldades desses dois grupos são diferentes.

No método de recuperação histórica que vimos com Davis, uma referência muito importante para termos uma dimensão maior da questão é o discurso de Sojourner Truth. Angela Davis apresenta a fala da abolicionista afro-americana e ativista pelos direitos das mulheres proferido como uma intervenção na *Women's Rights Convention* em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851. Ele representa, claramente, a exclusão da mulher negra dentro do movimento feminista branco no período:

Muito bem crianças, onde há muita algazarra alguma coisa está fora da ordem. Eu acho que com essa mistura de negros do Sul e mulheres do Norte, todo mundo falando sobre direitos, o homem branco vai entrar na linha rapidinho. Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu ari e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendido para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? Daí eles falam dessa coisa na cabeça; como eles chamam isso... [alguém da audiência sussurra, “intelecto”). É isso querido. O que é que isso tem a ver com os direitos das mulheres e dos negros? Se o meu copo não tem mais que um quarto, e o seu está cheio, porque você me impediria de completar a

minha medida? Daí aquele homenzinho de preto ali disse que a mulher não pode ter os mesmos direitos que o homem porque Cristo não era mulher! De onde o seu Cristo veio? De onde o seu Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com isso. Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o bastante para virar o mundo de cabeça para baixo por sua própria conta, todas estas mulheres juntas aqui devem ser capazes de conserta-lo, colocando-o do jeito certo novamente. E agora que elas estão exigindo fazer isso, é melhor que os homens as deixem fazer o que elas querem. Agradecida a vocês por me escutarem, e agora a velha Sojourner não tem mais nada a dizer.¹⁷

Por mais que exista um ponto em comum nas lutas sociais pela libertação da mulher, não podemos esquecer, de modo algum, que ainda existem o racismo estrutural, a heterocisnormatividade (em que a heterossexualidade e a cisgeneridade são os padrões estabelecidos) e a exploração da classe trabalhadora e suas desigualdades internas de condição e renda pelo sistema capitalista. Assim, é como se as opressões se somassem, tornando cada vez mais complexo e difícil o acesso aos direitos humanos mais básicos. Dessa forma, quando falamos de interseccionalidade, estamos reconhecendo as múltiplas formas de opressão e as relações de hierarquia que existem; assim, fica mais compreensível entender e interpretar as realidades que existem num mesmo território.

¹⁷ Utilizamos a versão ampliada contida em <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Angela Davis utiliza fragmentos menores do discurso em *Mulheres, raça e classe*, 2016, pp. 77-80.

Capítulo 10

MASCULINIDADE FRÁGIL

Quando falamos de masculinidade e patriarcado, logo pensamos nos papéis sociais e nas construções de gêneros na sociedade. Ao homem, são aderidas ideias de virilidade, provisionamento e proteção que se transformam se transformam em deveres de ser vigoroso, corajoso, esforçado e, ter igualmente o físico e psicológico fortes e não ceder em algum conflito. As mulheres são determinadas por seu contrário: frágeis, dependentes, submissas e com os deveres de serem gentis, delicadas, solícitas e recatadas. São estruturas de dominação naturalizadas e reproduzidas diariamente, como temos visto.

Dessa forma, as concepções do que é ser homem vem acompanhadas acompanhada de discursos baseados em atos violentos não unicamente a um grupo, assim como, outros grupos inseridos na sociedade e aos próprios homens. A definição de masculinidade estabiliza padrões de comportamentos relacionados à força e virilidade, que se convertem sob as relações de competição que orientam nossa sociedade de mercado em tóxicos. Reproduzem relações de misoginia e de dominação diante de outros sujeitos – sejam homens, mulheres, crianças e a pessoas dentro da comunidade LGBTQIA+.

Discutir a masculinidade frágil tem sido útil para popularizar os entendimentos sobre como os homens têm construído suas vivências de modo nocivo e os impactos dessa construção. Essas discussões ajudam a não perder de vista que a masculinidade estabelece um impositivo de poder como violência, sob dinâmicas que estruturam e operam de modo binário e hierárquico.

A construção de um pensamento baseado em violência, com relações fragmentadas entre indivíduos e nos poucos espaços para reflexão sobre o autorreconhecimento e avaliação dos próprios atos e pensamentos (que reproduzem valores dominantes) faz com que a masculinidade se torne ou apareça como único meio de dar sentido à existência do homem. Muitos são os impactos e efeitos negativos coletivos e individuais nos vínculos afetivos que se constroem a partir desse molde de masculinidade.

Essa concepção de masculinidade é dominante e hegemônica. Então, quando falamos de seus efeitos, precisamos incluir a realidade de muitos homens negros, que vivenciam a violência sofrida e perpetrada por essas dinâmicas e sendo vítimas de seus próprios ideais de modelos produzidos em função dos estereótipos de masculinidade. Com ela, ainda é acrescida uma suposta “inferioridade” por serem racializados. Por outro lado, há comunidades de mulheres e pessoas que fazem parte da comunidade LGBTQI+ que sofrem e lutam contra a violência naturalizada - realizada tanto por homens brancos, quanto por homens negros. Angela Davis fala sobre a “síndrome da masculinidade”. Com essa expressão, apresentava a reprodução de atitudes misóginas por alguns homens negros revolucionários.

A principal para Davis discussão, nesse sentido, é que as estratégias de luta contra o genocídio negro têm sua potência diminuídas quando homens negros deixam de produzir violências dentro de suas próprias comunidades – e que se voltam, inclusive, contra si mesmos. Ao buscarmos refletir sobre protagonistas e vozes emergentes, nesse sentido, é inevitável o pensamento da construção de novas masculinidades, garantindo a possibilidade de igualdade e reconhecer diferentes grupos e formas de expressar suas identidades.

Um dos mecanismos possíveis para a formulação de novos valores críticos e que garantam processos de emancipação que articula gênero, raça e classe na sociedade capitalista é a formação de novos sujeitos. Nesse sentido, um dos processos necessários à na reprodução social e fundamentais para transformação das relações de dominação é a educação de novas gerações.

Seção III



47/100
"The Library", Jacob Lawrence (1978)

The Art Market
Traded by Heritage Auctions, HA.com

Jacob Lawrence - 1978

Capítulo 11

EDUCAÇÃO LIBERTADORA: ENTRE ANGELA DAVIS E PAULO FREIRE

A importância de Paulo Freire é indiscutível. Afinal, o seu método pedagógico de alfabetização não significou apenas uma apropriação de letras e palavras, e sim uma prática de liberdade do próprio sujeito. Se somos sujeitos históricos, frutos da história que nos precedeu e realizadores da atual, somos capazes de modificar nossa própria história. Para Freire, a história é resultado da nossa aptidão para ler o mundo e, conseqüentemente, do agir nele – o que faremos de nosso mundo. Percebemos, por esse raciocínio, que uma pessoa que deseja a transformação da realidade degradante que atinge vários povos, inclusive o seu, é uma pessoa que se interessa e busca compreender, mergulha na realidade tão profundo quanto queira transformá-la. Também precisa ter escuta, comprometimento e compartilhar espaços. Freire defende uma pedagogia problematizadora que será construída com o oprimido, na luta incessante para o resgate da sua humanidade – sabotada, roubada e/ou perdida.

Um educador que ajuda o aluno a compreender a si mesmo como protagonista de sua própria história, da história de sua comunidade e de seu país, sempre será considerado um perigo por quem pretende manter a ordem vigente. É preciso silenciar aqueles que sob a estrutura hierarquizada, constituem a base da reprodução social, enquanto são marginalizados. Não é de estranhar, portanto, que diversos grupos sociais dominantes – frequentemente citados ao longo deste material didático – ainda tenham reações agressivas e preconceituosas que colaboram para a legitimação da exclusão de minorias sociais. As reações de pessoas que não sabem lidar com a denúncia concreta de situações opressoras,

que rechaçam de pronto reflexões sobre teorias e práticas transformadoras, são classificadas por Paulo Freire como sectárias.

Enquanto a sectarização é mítica, por isto alienante, a radicalização é crítica, por isto libertadora. Libertadora porque, implicando no en-raizamento que os homens fazem na opção que fizeram, os engaja cada vez mais no esforço de transformação da realidade concreta, objetiva. A sectarização, porque mítica e irracional, transforma a realidade numa falsa realidade, que, assim, não pode ser mudada. Parta de quem parta, a sectarização é um obstáculo à emancipação dos homens. Daí que seja doloroso observar que nem sempre o sectarismo de direita provoque o seu contrário, isto é, a radicalização do revolucionário. Não são raros os revolucionários que se tornam reacionários pela sectarização em que se deixam cair, ao responder à sectarização direitista¹⁸

A abordagem de Freire, ao falar sobre deixar de ser objeto e tornar-se sujeito, serviu – e continua servindo – inegavelmente para a compreensão de caminhos e estratégias de combate às desigualdades e projetos de emancipação por meio da educação. São potencializados, ainda, quando refletem a respeito das intersecções de grupos que combinam opressões.

Como visto ao longo da leitura de *Mulheres, Raça e Classe*, a referência fundamental do nosso quadro teórico, os países que tradicionalmente foram fundados sob relações coloniais escravagistas, sofreram com efeitos econômicos e socioculturais que perduram até hoje. A obtenção do direito à educação pelos

¹⁸ Paulo Freire, *Pedagogia do oprimido*, 1970, p. 16.

negros – assim como por outros grupos minoritários, sejam eles indígenas, latino-americanos, de cor ou não brancas etc. – aconteceu de forma tardia, conflitiva e determinada por incontáveis desigualdades. Mirando esse quadro, Davis constata que se o conhecimento era capaz de tornar uma criança inadequada para a escravidão, tal como afirmava um dos líderes do movimento pela emancipação da população negra, Frederick Douglass¹⁹, não seria prudente para as classes dominantes que crianças negras para que frequentassem escolas. Então, para estes novos sujeitos em formação, era reservada um tipo de educação o que garantisse o mesmo destino de suas famílias: ser uma mercadoria.

Fica bem expresso o problema no seguinte trecho destacado por Angela Davis:

Nenhuma de nós tinha permissão para pegar um livro ou tentar aprender. Diziam que ficaríamos mais espertas do que eles se aprendêssemos alguma coisa, mas nós circulávamos por ali, pegávamos aquela velha cartilha Webster de capa azul e a escondíamos até a noite e, então, acendíamos uma pequena tocha e estudávamos aquela cartilha. Nós também decoramos o livro. Agora sei ler e escrever um pouco²⁰

Contudo, a partir do momento em que a educação passa a ser vista como instrumento para as classes subalternas ocuparem um lugar na sociedade que lhes havia sido negado, a população negra estadunidense, recém liberta, planejou conjuntamente meios para o acesso aos estudos. Para muitos grupos, essa seria

¹⁹ Angela Davis, *Mulheres, raça e classe*, 2016, p. 108.

²⁰ Angela Davis, *Mulheres, raça e classe*, 2016, p. 117.

sua maior prioridade, contrariando assim a ideologia dominante da época que a taxava como incapaz, dotada de uma mentalidade pré-lógica, impossibilitada de progredir no campo intelectual. Esses grupos:

[...] depois de séculos de privação educacional, reivindicariam com ardor o direito de satisfazer seu profundo desejo de aprender. Por isso, assim como suas irmãs e irmãos em todo o Sul, a população negra recentemente liberta de Memphis se reuniu e decidiu que a educação era sua maior prioridade²¹

Com frequência, os poderes misticadores do racismo emanavam – e ainda emanam – de sua lógica inconsequente e confusa: na ideologia dominante, a população negra era supostamente incapaz de progressos intelectuais. Afinal, nas palavras de Davis, “essas pessoas haviam sido propriedade, naturalmente inferiores quando comparadas ao epítome branco da humanidade”²². Porém, se eram realmente inferiores em termos biológicos, eles nunca teriam manifestado desejo, tampouco capacidade, de adquirir conhecimento. Portanto, não era “para ser necessário” proibi-las de aprender.

Vemos com isso que o desejo por instrução era um perigo para as classes dominantes. Afinal, com o uso da linguagem como ação, como defende o método freiriano, as classes dominadas conseguiriam o resgate e a transmissão contínua de seus valores culturais, históricos e coletivos, o que lhes permitiria a reivindicação por justiça à uma autoridade para se autodefinir e dialogar sobre a realidade que experimentavam. Não permitir que esses grupos historicamente oprimidos produzam saberes se tornou sinônimo de impedir que eles se alinhassem em prol

²¹ Angela Davis, *Mulheres, raça e classe*, 2016, p. 108.

²² Angela Davis, *Mulheres, raça e classe*, 2016, p. 118.

da inserção econômica e sociocultural, a fim de resistir às atitudes discriminatórias das quais eram vítimas.

As classes dominadas, silenciosas e esmagadas, só dizem sua palavra quando, tomando a história em suas mãos, desmontam o sistema opressor que as destrói. É na práxis revolucionária, com uma liderança vigilante e crítica, que as classes dominadas aprendem a “pronunciar” seu mundo, descobrindo, assim, as verdadeiras razões de seu silêncio anterior²³

Angela Davis destaca como os limites impostos à alfabetização da população escrava nos estados escravagistas estadunidenses se tornaram extremamente rígidos: com exceção de Maryland e Kentucky, todos os estados ao Sul vetaram completamente a educação para a população negra. Inclusive, nas palavras de um dos códigos que normatizavam a escravidão no país, “ensinar escravos a ler e a escrever tende a incutir a insatisfação em suas mentes e a produzir insurreição e rebelião”.

Instaurou-se, assim, uma gigantesca campanha nacional promovida por Freedmen’s Bureau, caracterizada pela ida de mulheres brancas do Norte para Sul durante a Reconstrução, a fim de ajudar as irmãs negras, que estavam absolutamente determinadas a eliminar o analfabetismo entre os milhões de ex-escravizadas e ex-escravizados. A história da luta das mulheres por educação nos Estados Unidos, inclusive, alcançou o auge quando as mulheres negras e brancas comandaram juntas a batalha contra o analfabetismo no Sul, depois da Guerra Civil.

²³ Paulo Freire, *Ideologia e educação: reflexões sobre a não neutralidade da educação*, 1981, p. 104.

Esta união entre elas serve para Davis como mais um recurso histórico de projetos emancipatórios que convergem grupos oprimidos.

Capítulo 12

A ABOLIÇÃO SIGNIFICOU, DE FATO, MAIOR ACESSO À EDUCAÇÃO?

De acordo com Davis, milhões de pessoas negras – em especial, as mulheres – foram convencidas de que a vinda da abolição significava, na verdade, a “vinda do Senhor”. Narra a autora que em busca do fim da escravidão, os homens estremeciam. Moças esguias, morenas, selvagens e belas, com cabelos crespos, choravam em silêncio. Jovens mulheres, negras, marrons, brancas e douradas levantavam as mãos trêmulas, e mães velhas e maltratadas, negras e grisalhas, elevavam sua grandiosa voz e gritavam a Deus através dos campos e até o alto de rochas e montanhas. Homens e mulheres almejavam possuir terras, ansiavam votar, e estavam dominados pelo desejo de escolas, como vimos anteriormente.

Nesse momento, as formas de expressão das opressões de raça, gênero e classe mudaram significativamente de país para país: no cenário estadunidense, tendo superado as mais violentas e óbvias formas de discriminação racial, os movimentos afro-americanos pelos direitos civis pareceram ter cumprido o seu objetivo. Os tipos de discriminação que continuaram – e continuam – a existir eram muito mais sutis e se inviabilizavam – como vimos anteriormente em outros capítulos. Mesmo os tardios programas de “oportunidades iguais” possibilitaram uma geração de afro-americanos o acesso a instituições de ensino superior, na formação de profissionais liberais. Qual seria a necessidade, então, do movimento continuar se os negros já estavam estudando?

Naturalmente, o racismo, construído durante séculos, não seria tão fácil e tão rápido de ser extinto: apesar de alguns jovens negros se

beneficiarem das oportunidades abertas pelo governo federal, o mesmo não acontecia com a sobrepujada maioria dos afro-americanos. Nesse sentido não podemos esquecer que a abolição não foi, de fato, seguida de medidas de inte-gração das populações escravizadas, tampouco das suas crianças, no seio da sociedade estadu-nidense. Pelo contrário, sem qualquer tipo de reparação, indenização ou política social, os ne-gros ficaram “a própria sorte” ou “ao próprio azar”. Em grande parte, sem uma alternativa de trabalho, moradia, saúde e alimentação, ou seja, de sobrevivência. Nas palavras da autora, “o povo negro percebeu que os ‘quarenta acres e uma mula’ da emancipação era um boato mal-intencionado. Teriam de lutar pela terra; teriam de lutar pelo poder político²⁴

Paralelamente, também precisamos considerar que a classe dominante foi treinada a ver os grupos oprimidos como inferiores. Assim, esse espaço na sociedade para o negro que surge de lutas e concessões, era garantido à medida que não se colocasse em risco o domínio da raça branca. Face às pressões da legislação antirracista e dos princípios da igualdade e da liberdade apregoados pelas democracias liberais, foi possível observar uma retomada crescente do ressentimento e do ódio dos brancos contra os programas governamentais que supostamente favoreciam os negros e que os tornavam uma ameaça simbólica, ameaça aos valores e à cultura “correta”.

Já no Brasil pós-abolicionista, por sua vez, tivemos algumas dinâmicas diferentes das estadunidenses: os conflitos raciais eram encarados como algo resolvido e acabado, uma vez que, tomando emprestada a análise de Aníbal Quijano, estaríamos sob a égide da “imposição de uma ideologia de ‘democracia

²⁴ Angela Davis, *Mulheres, raça e classe*, 2016, p. 108.

racial' que mascararia a verdadeira discriminação e a dominação colonial dos negros"²⁵. Ora, se os principais dispositivos institucionais de opressão aos negros tinham sido desmontados e a cor supostamente havia deixado de ser um fator restritivo ao sucesso individual e/ou de um grupo, a ponto da miscigenação ser visto como um traço constitutivo e positivo do povo brasileiro, os antes excluídos agora tinham as mesmas chances de acesso aos bens públicos e privados e, conseqüentemente, à ascensão de classe.

Esse pensamento foi responsável por criar uma falsa realidade que afeta o povo brasileiro, levando-o a acreditar na inexistência de discriminações raciais no país. Tal realidade, inclusive, se espalhou rapidamente pelos Estados Unidos: para os abolicionistas mais radicais, a suposta ascensão social dos negros no Brasil era um exemplo das potencialidades que eles possuíam quando libertos e com acesso a estudos. Frederick Douglass – nome frequente em nosso material didático – em 1848, apontou o Brasil como país que, tendo sido escravista, não havia preconceito de cor. As impressões deste abolicionista se sustentavam no fato de que, no Brasil, não havia restrições legais aos libertos. O fato foi utilizado para apontar a gravidade e rigidez das relações raciais na América do Norte.

Claro, o olhar superficial sobre a realidade local não permitiu a Douglass compreender a dinâmica das hierarquias raciais presentes da dinâmica social brasileira. E ele não foi o único. Na realidade, esse fato nos incita a reflexão de buscar entender por que, após um longo período do fim da escravidão no país, ainda existem pessoas que acreditam nesta ideologia e que deslegitimam ações afirmativas, reproduzindo, assim, o racismo.

²⁵ Anibal Quijano, *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*, p. 136.

Capítulo 13

AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL

Em *Mulheres, Raça e Classe*, Angela Davis demonstra que as opressões existentes em nossa realidade são interdependentes umas das outras e não são passíveis de serem elencadas por prioridade. Elas são correlacionais e estruturais. Isso é, o racismo condiciona a forma pela qual o sexo é historicamente e socialmente construído, tal como o sexismo – definido como exploração e controle institucionalizados do corpo das mulheres pelo patriarcalismo. Não é de agora que podemos concluir que classe, raça e gênero são categorias combinadas e intrincadas. Mas, para além delas, atualmente, uma abordagem interseccional leva também em conta itens como colonialidade, sexualidade, geração e muitos outros, que intervêm na constituição social de cada sujeito.

A colonialidade, como plano definidor e estruturador da modernidade, é um conceito muito trabalhado por Aníbal Quijano, sociólogo peruano já citado anteriormente, que evidencia a forma como os processos históricos de colonização e de racialização se convergiram no sistema capitalista desde o século XVI. Com isso, as ideias e estruturas de dominação foram aprofundadas pelas violências sistemáticas, exercidas a fim de controlar as forças de trabalho e de dividir o mundo entre colonizadores e colonizados, centros e periferias, superiores e inferiores, opressores e oprimidos.

A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e

redefiniu outras. Assim, termos com espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população²⁶

Com essa nova modalidade de identidade produzida a partir do colonizador, as etnias existentes, as culturas, o modo de viver, os papéis sociais correspondentes, o trabalhar e a forma de produzir foram retiradas e inferiorizadas pelo colonizador. Dessa maneira, houve enfraquecimento cultural de povos, a sua estigmatização e dominação. Teme-se, nesse cenário, que o acesso à educação pelas pessoas que compõem minorias alimente uma luta contra o poder hegemônico colonizante, que padroniza e homogeneiza a diversidade a favor do domínio de um pensamento, predominantemente ocidental.

É na busca pela ruptura desses lugares preestabelecidos que surgirão as ações afirmativas, isto é, políticas focais que alocarão recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente. Entre as medidas que podemos classificar como ações afirmativas podemos mencionar o incremento da contratação e promoção de membros de grupos discriminados no emprego e na

²⁶ Anibal Quijano, *Colonialidade, eurocentrismo e América Latina*, 2000, p. 117.

educação por via de metas, cotas, bônus ou fundos de estímulo; bolsas de estudo; empréstimos e preferência em contratos públicos; distribuição de terras e habitação; medidas de proteção a estilos de vida ameaçados; políticas de valorização identitária, entre outras.

No Brasil, a luta na sociedade política por ações afirmativas deu origem ao surgimento da Lei nº 12.7114, conhecida como Lei de Cotas, a qual foi sancionada em 29 de agosto de 2012, com o objetivo de ampliar tanto as oportunidades sociais quanto educacionais no país, principalmente no que tange à democratização do acesso ao ensino superior público. Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), esta normativa garante reserva das matrículas por curso e turno. E, no que concerne às divisões e subdivisões das vagas, estas funcionam do seguinte modo: as vagas reservadas às cotas, equivalentes a 50% do total de vagas da instituição, são subdivididas na metade, ficando 25% das vagas destinadas a estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário-mínimo e meio per capita e, os outros 25%, para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário-mínimo e meio. Nas duas hipóteses, será computado o percentual mínimo correspondente a soma de pretos, pardos e indígenas (PPI) em cada Estado brasileiro, conforme os dados apresentados pelo último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Apesar de, atualmente, se aceitar o fenômeno da discriminação racial como inquestionável sustentáculo das desigualdades sociais no Brasil, percebemos que medidas compensatórias, como as ações afirmativas e, dentro destas, as cotas raciais, ainda encontram sérias resistências. Os argumentos comumente usados pelos seus oponentes vão desde a suposta inconstitucionalidade das medidas –

uma vez que estas supostamente romperiam com o princípio da igualdade, presente na Constituição da República Federativa do Brasil –, a apelos a meritocracia e divagações raciais. Por este lado, afirma-se que as cotas apenas perpetuariam as discriminações e desigualdades, ao invés de “forçar” às populações historicamente marginalizadas e excluídas à uma inclusão que não considera esses fatores constitutivos da realidade.

Ao examinarmos o Ensino Superior no Brasil e a sua proclamada universalização baseada no mérito do vestibular, no entanto, percebemos a visível exclusão de estratos sociais mais baixos – formado majoritariamente por negros – , por estes não conseguirem competir em igualdade de condições com os brancos. Ou seja, reservar vagas orientadas pela raça seria proporcionar oportunidades educacionais para indivíduos que poderiam estar condenados à exclusão do acesso ao ensino superior de qualidade e, conseqüentemente, ao mercado de trabalho.

Em todas essas dinâmicas, mais uma vez, vemos expostas os problemas estruturais que são invisibilizados quando não se considera a história e as dinâmicas próprias da reprodução social. As opressões que se sobrepõem também requerem movimentos articulados e convergentes dos grupos oprimidos – com aparato crítico e mobilização interseccional. Angela Davis é uma das chaves mais importantes para que possamos nos apropriar desses recursos e pensar nossa realidade e nosso tempo.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, W. R. de. **O jogo da dissimulação**: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. "A economia política dos descobrimentos". In: NOVAES, A. (org.). **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**: a formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Bibliografia

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUSSEL, Enrique. **1492**: O encobrimento do Outro: a origem do mito da Modernidade. Petrópolis-RJ: Vozes, 1993.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: ensaio de interpretação sociológica. Volume I. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: ensaio de interpretação sociológica. Volume II. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2008.

FREIRE, Paulo. **Ideologia e Educação**: reflexões sobre a não neutralidade da educação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidade, eurocentrismo e América Latina". Em: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas

latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, pp. 117-142.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças** – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Pâmela Guimarães da. “Emancipação política por meio de práticas comunicativas alternativas: Lélia Gonzalez no Jornal ‘Mulherio’”. Em: **Dispositiva**. Belo Horizonte: PUC-MG, 2020, pp. 194-214.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: Leya, 2015.

SOUZA, Jessé. **Sub cidadania brasileira**: para entender o país além do jeitinho brasileiro. São Paulo: Leya, 2018.

PIBID UFABC

